

FÓRUM PELA DEMOCRATIZAÇÃO
DA COMUNICAÇÃO QUER SACÚDIR
SOCIEDADE CIVIL

Semanalmente, em horário nobre, uma instituição representativa da sociedade civil vai apresentar um programa de uma hora em rede nacional de televisão, cumprindo uma função de *ombudsman* da televisão brasileira com análise e crítica política e estética da programação de todas as redes de TV. Será um programa de alta qualidade técnica, estruturado para disputar audiência, incluindo desde segmentos lúdicos, como a apresentação de "gafes" e erros cometidos pelas emissoras na semana, até críticas à programação que apela gratuitamente para a pornografia, violência e cenas mórbidas e mesmo para o recuo cultural representado pela exibição dos "dramalhões mexicanos". O programa também fará denúncia de práticas de concorrência desleal e predatória entre as emissoras e de manipulações que forem flagradas. Outro objetivo do programa é esmiuçar para o público a linguagem da televisão, seus recursos, artifícios e suposta "naturalidade", procurando estabelecer parâmetros para avaliação da qualidade da programação, buscando dotar o público de senso crítico, propor referenciais para os profissionais e produtores, e imbuir a sociedade de compromisso com a cultura que é produzida no seu próprio seio.

Não se surpreenda. Por enquanto, este programa ainda é apenas uma das propostas do Fórum Nacional pela Democratização que foram incluídas num amplo projeto para superar a crise da Rede Manchete e transformá-la numa "TV da Cidadania". A instituição que teria a incumbência de produzir este programa, uma Fundação sem fins lucrativos, seria integralmente voltada para atuar como um *ombudsman* da televisão brasileira, realizando

estudos especializados, recolhendo documentação e material veiculado diariamente pelas redes, analisando e opinando as suas programações.

Esta proposta tem como um dos seus objetivos a superação das dificuldades da sociedade civil para compreender o papel estratégico da comunicação na construção da democracia e da cidadania e para se posicionar sobre os graves problemas da televisão brasileira. Reunindo hoje 44 Comitês e Comissões Pró-Comitê em 20 Estados e 36 entidades nacionais, o Fórum está amadurecendo novas perspectivas de luta pela democratização.

Marcam essa nova fase da luta a recusa de fórmulas mágicas e salvacionistas, a superação de perspectivas meramente oposicionistas e a compreensão de que a luta pela democratização é uma tarefa permanente e não um esforço com um final previsível. Transformar os atuais "telespectadores/consumidores" em cidadãos diante dos meios de comunicação é uma tarefa que vem impulsionando o Fórum em diversas frentes de luta.

CONTROLE PÚBLICO

A gigantesca máquina de poder da comunicação há muito vem sendo denunciada. Desde a década de 80, diversos movimentos de luta pela democratização, surgiram e desapareceram. No final de 90, entretanto, surgiu o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que vem demonstrando fôlego invulgar. No conjunto, integram o Fórum mais de 500 entidades da sociedade civil.

A novidade do Fórum, além das suas dimensões expressivas - embora ainda modestas diante da tarefa a que se propõe - está na superação do oposi-

cionismo e da linguagem da impotência que até então marcavam as posições da esquerda. Na abordagem do Fórum não há a espera do momento de uma suposta "conquista do Estado", nem a expectativa simplória de se produzir uma *Globo* com "sinal contrário", com a virtual substituição do "mal" pelo "bem". O Fórum reivindica uma democratização da comunicação baseada no estabelecimento de novas relações políticas em torno dos sistemas de comunicação de massa.

Uma das idéias chave é a de *controle público*, entendido como algo distinto de um poder estatal, burocrático, normativo, censório ou restritivo. Por *controle público* entende-se a criação de relações e instituições que, em última instância, resultam em possibilidades de incidência do público sobre o privado.

Concebe-se, desse modo, inúmeras práticas e instituições que realizam esse conceito de *controle público*. As instituições voltadas para o *controle público*, por exemplo, constituiriam espaços apropriados para uma permanente pactuação e repactuação, um "fórum mediador" estabelecendo relações entre os setores organizados e representativos da sociedade, os empresários da comunicação e o Executivo, produzindo diretivas que incidam sobre os meios de comunicação de massa.

Essa justificativa para essa incidência do público sobre o privado não se limitaria, por exemplo, a partilhar das decisões sobre a distribuição das frequências e canais de rádio e televisão. Entende-se que a principal disputa se dá na atribuição de um papel para os meios de comunicação na determinação da cultura. Encara-se a "artificialidade" das relações culturais como algo que deve ser produzido, apropriado e con-

trolado pela própria sociedade, como um gesto de consciência e não como resultante da espontaneidade das relações de mercado.

Uma sociedade que não controla os meios de produção da sua própria cultura, não consegue escolher um destino e não está apta a produzir projetos para o país. Assim, não há justificativa para que qualquer setor social, mesmo majoritário, nem o Estado, possa controlar exclusivamente meios com tamanha capacidade de determinação da cultura. Independentemente da operação ser privada ou pública, são necessários meios para assegurar o exercício do pluralismo.

A idéia de democratização, sob este enfoque, passa a ser encarada como processo: nenhuma conquista é pequena demais para ser desprezada e nenhuma vitória poderá ter a dimensão de resultado final. Os programas fechados e finalistas são substituídos por uma conduta orientada por objetivos estratégicos. Assim fundamentado, o Fórum preocupa-se, imediatamente, não apenas com formas de socialização da propriedade, mas principalmente com meios de *controle público* sobre o conteúdo da programação. E não apenas porque, conjunturalmente, a correlação de forças é desfavorável, mas por princípio político e finalidade estratégica. Pretende-se assim o engendramento de uma eticidade, de uma conduta que é meio, mas também é fim, no sentido da afirmação da pluralidade.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO

Em menos de dois anos de existência, o Fórum conseguiu uma expressiva vitória e está tendo chance de testar seu projeto. Como resultado de negociações diretas com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e

Televisão - ABERT, foi criado o Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição como órgão auxiliar do Congresso Nacional. Integrado por representantes da sociedade civil e dos setores empresariais e profissionais da área da comunicação, o Conselho surge como o primeiro espaço institucional para o debate da comunicação no Brasil, superando a relação direta e exclusiva entre o Executivo e o empresariado, e criando uma instituição que pode se voltar para o equacionamento dos conflitos, busca de consenso e superação do atraso da sociedade civil sobre as questões da comunicação.

O acordo em torno da criação do Conselho, posteriormente, foi reeditado para estabelecer sua composição, cuja proposta foi levada ao Congresso em abril de 1992. O mesmo Congresso que, generosamente, acolheu um acordo firmado na sociedade, rejeitou o acordo em torno da composição e passou a descumprir a lei já aprovada. A instalação do Conselho foi sucessivamente adiada, situação que se prolonga até agora. O Fórum, por isso, em novembro de 93 ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal contra a presidência do Congresso, exigindo a imediata votação da composição do Conselho.

LEI DA INFORMAÇÃO DEMOCRÁTICA

Outra frente de luta do Fórum é a aprovação do projeto de lei 2735/92, a Lei da Informação Democrática (LID), apresentada pelo Deputado Zaire Rezende (PMDB-MG) e elaborada em conjunto com o Fórum. Este projeto está tramitando na Câmara junto com um projeto de "Lei de Imprensa" já aprovado no Senado - o Substitutivo Fogaça (PMDB-RS) - e doze outros projetos. A LID distingue-se dos demais pela sua abrangência, indo mui-

to além de uma mera regulamentação das práticas jornalísticas e buscando soluções para alguns dos principais problemas da comunicação no Brasil, como a definição de monopólio e oligopólio, a necessidade de regionalização da produção e o estímulo à produção independente, entre outros.

O relator da matéria é o deputado Pinheiro Landim (PMDB-CE) ainda não definiu quando concluirá seu parecer. Num país em que cerca de 90% de tudo que se lê, se ouve ou se vê através dos meios de comunicação de massa é originado em conglomerados controlados por 9 famílias (Marinho, Santos, Saad, Bloch, Civita, Frias, Mesquita, Nascimento Britto, Levy) é explicável porque o projeto da LID vêm enfrentando fortes resistências. O deputado Pinheiro Landim, diante da magnitude do tema, realizou audiências públicas em Pernambuco, Fortaleza, Porto Alegre e São Paulo. Enquanto isso, prossegue uma campanha nacional de coleta de assinaturas em apoio à LID, movida pelo Fórum desde o início de 1992.

TV A CABO

Finalmente, a terceira grande frente de luta do Fórum é a regulamentação da TV a Cabo. Depois de quase duas décadas de tentativas de implantação da desta tecnologia através de verdadeiras negociatas - bloqueadas por iniciativas da sociedade civil - estabeleceu-se um processo de negociação envolvendo o Executivo, o Legislativo, o empresariado de comunicação e o Fórum. A disposição para o diálogo, entretanto, não exclui uma disputa duríssima. Há uma corrida contra o tempo. Atualmente, 106 sistemas de cabo estão sendo instalados, em todo o Brasil, criando uma situação "de fato" que procura se antecipar à regulamentação. Um

cartel formado por três empresas (Globo, TV Abril e Multicanal) já domina este mercado. O Fórum, por sua vez, já conseguiu apoio da Telebrás para sua proposta e está disputando a adesão do empresariado.

A proposta do Fórum aponta, simultaneamente, para uma revolução na comunicação e nas telecomunicações. É que as tecnologias de telefonia e TV a Cabo, até o final da década de 80, eram distintas. Com o advento da informatização das redes, digitalização dos sinais e substituição dos cabos metálicos por cabos de fibra ótica, é possível integrar todos os serviços (telefonia, dados, sinais de TV, etc.) numa mesma rede. A idéia, para o Brasil, é não implantar uma rede especializada para sinais de TV, mas utilizar a demanda por este serviço para financiar a transformação das atuais redes de telecomunicações. O Fórum, por isso, propõe: Rede Pública, Rede Única e Participação da Sociedade, para tornar o serviço efetivamente público. A vantagem da rede ser pública é a amplitude e a velocidade da sua universalização e a completa democratização do seu acesso. Quem quiser usar, basta "alugar" os canais que necessitar. O processo de negociação está programado para se tentar chegar a um texto de consenso até o início de março deste ano.

Daniel Herz

Daniel Herz é Diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas, Coordenador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e autor do livro *A História Secreta da Rede Globo*